



As elites nacionais no processo de transição política: um esboço de uma investigação bourdieuniana na comparação entre as elites nacionais nas transições à redemocratização na Argentina e no Brasil

National elites within the process of political transition: a rough draft based on bourdieu's work on the comparison of national elites in the argentinian and brazilian transitions to democracy

Gabriel Fernandino¹

Resumo

O presente artigo pensa a relevância das elites nas trajetórias nacionais, buscando pesar algumas das considerações da literatura específica sobre a origem e manutenção desses grupos dominantes bem como sobre suas presenças em momentos de transição de regime político. Para tanto, (1) são resumidamente mobilizados alguns dos conceitos de Pierre Bourdieu acerca das elites nas relações sociais de poder; (2) são estabelecidos paralelos entre a perspectiva bourdieuniana e o conceito de capital social de Robert Putnam, bem como com a obra *La ciudad letrada* (1998) de Angel Rama; (3) finalmente, coloca-se algumas das nuances históricas e políticas das transições à redemocratização nos casos argentino e brasileiro, sugerindo ao cabo a plausibilidade de uma comparação acerca presença das elites nacionais em cada um dos dois casos.

Palavras-chave: Bourdieu, Elites, Redemocratização.

Abstract

This article approaches the importance of elites in national trajectories, regarding some of the considerations of the literature on the origin and maintenance of these dominant groups as well as their presence in political transition. For this, (1) we briefly mobilize some of Pierre Bourdieu's concepts about the elites in social relations of power; (2) we also established parallels between Bourdieu's perspective and the concept of social capital of Robert Putnam as well as with the work of Angel Rama *La ciudad letrada* (1998); (3) finally we bring some of the historical and political nuances of the transitions to democracy in the Argentine and Brazilian cases, suggesting the plausibility of a comparison about the presence of national elites in the cases.

Keywords: Bourdieu, Elites, Redemocratization.

1. Mestrando em Ciência Política pela UFMG. Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas

INTRODUÇÃO

O presente artigo pensa a relevância das elites nas trajetórias nacionais, buscando pesar algumas das considerações da literatura específica sobre a origem e manutenção desses grupos dominantes bem como sobre suas presenças em momentos de transição de regime político. Para tanto, em um primeiro momento, são resumidamente mobilizados alguns dos conceitos de Pierre Bourdieu que condicionam e operacionalizam o modo como o autor concebe as elites nas relações sociais de poder.

Na sequência, em dois momentos distintos, a partir do diálogo com a perspectiva bourdieuniana, são pensadas certas características do conceito de capital social de Robert Putnam bem como da obra *La ciudad letrada* (1998) de Angel Rama. Na continuação, aborda-se de maneira pouco mais detida, contudo não exaustiva, a questão específica da presença das elites nos momentos de transição de regime político.

Havendo sido sugerido esse primeiro referencial teórico sobre o qual se operaria uma potencial análise, coloca-se algumas das nuances históricas e políticas das transições à redemocratização nos casos argentino e brasileiro, sugerindo ao cabo a plausibilidade de uma comparação acerca presença das elites nacionais em cada um dos dois Estados. Finalmente, nas considerações de fechamento, sem a aspiração precoce de produção ou teste de inferências, busca-se reforçar e justificar a relevância acadêmica e social de um trabalho que procure investigar comparativamente as elites de dois Estados latino-americanos com similares heranças coloniais e dependentistas.

MOBILIZANDO ALGUMAS NUANCES DOS TRABALHOS DE BOURDIEU E DE AUTORES CONSOANTES ACERCA DO TEMA DAS ELITES

A etimologia do termo *elite* remonta ao particípio passado do verbo latino *eligere*, literalmente traduzido ao português como eleger, escolher ou extrair. Nesse sentido, o termo se conecta a ideia de superioridade daquilo ou daqueles *escolhidos*, dialogando portanto com a semântica da palavra grega aristocracia, que por sua vez remete etimologicamente *aos melhores*, ou seja, a esses *eleitos*¹.

Perissinoto (2009) argumenta que, de maneira geral, o estudo de elites se preocupa em entender quem governa e com quais consequências, considerando nesse contexto origens e trajetórias sociais. Segundo o autor, a despeito das críticas e dos problemas encontrados na teoria das elites², justificar-se-ia estudar os efeitos dessas minorias nas sociedades humanas. De acordo com tais argumentos, os valores, as origens sociais e as trajetórias da elite política podem ser relevantes elementos na análise científica da política. Em continuação, sem defender contudo que essas minorias privilegiadas controlariam plenamente as consequências de suas decisões, Perissinoto (2009) atesta que sobretudo naqueles momentos de mudança substancial das estruturas sociais e políticas, as elites políticas são variáveis essenciais nas investigações acerca processo de construção de instituições. Por conseguinte, qualquer pesquisa que busque entender as im-

1. Informações extraídas de *The Concise Oxford Dictionary of English Etymology* (1996).

2. Segundo o autor tais críticas se concentrariam sobretudo nas explicações pautadas no funcionamento do Estado a partir de seus vínculos objetivos com o sistema econômico, de tal maneira que controlar postos de poder na estrutura estatal independeria da origem social do ator e que, em última instância, o que importaria seriam os efeitos objetivos da decisão política e não as intenções dos tomadores de decisão (PERISSINOTO, 2009).

plicações institucionais e sociais de determinados processos de tomada de decisão deveria, ao menos, levar em consideração a natureza das elites como um provável fator explicativo.

Resgatando e mobilizando conceitos de Bourdieu, sem obviamente esgotar toda a literatura do autor sobre o tema as elites, o presente tópico busca assim pensar a plausibilidade do estudo das minorias dominantes nas investigações científicas, mobilizando conceitos como *habitus*, capital cultural, capital simbólico e capital político. Na sequência, após exploradas duas das acepções do conceito de capital social, ilustra-se a possibilidade de diálogo entre a perspectiva bourdieuniana e a teoria latino-americana através da obra *La ciudad letrada* (1998) de Angel Rama, para finalmente pensar certas nuances do tema das elites na transição política.

Pierre Bourdieu: os Eleitos vistos sob o prisma da diferenciação

Dentre a variada gama de objetos sobre os quais se debruçou Pierre Bourdieu ao longo da sua trajetória acadêmica, notável foi sua preocupação para com o tema da sociologia das elites. Perpassando e alinhavando sua obra, o assunto emergiu como uma rota necessária à sua aspiração primeira de pensar as dinâmicas da manutenção do poder na sociedade, sobretudo no atinente à sua manutenção e transferência através e entre gerações e grupos específicos (BOURDIEU, 1979; 1989).

Examinando os mecanismos da reprodução das hierarquias sociais, o autor ressalta a relevância de fatores de ordem histórica, cultural e simbólica na imposição de certos valores por parte de minorias dominantes. Dialogando com tal propósito, em *De la Maison du roi à la raison d'état* (1997), Bourdieu pensa o Estado, tomado na perspectiva evolutiva do modelo dinástico ao burocrático, como um espaço essencial à modelagem dessas minorias proeminentes. O Estado se estabeleceria

inicialmente como uma continuação da casa real, a *maison do rei*, desaguardando através de um sistema de estratégias de reprodução no modelo burocrático contemporâneo. Esse movimento evolutivo se respaldaria sobretudo por um acumulado de *capital simbólico*, entendido como qualquer tipo de capital internalizado e legitimado por um reconhecimento específico (BOURDIEU, 1979; 1989; 1997).

É possível sugerir que, resguardada no aparato estatal estabelecido, a legitimidade que as elites podem vir a usufruir se daria analogamente à lógica da crença na dominação praticada pelo rei no momento Antigo Regime onde “ele [*o rei*] é levado a crer-se rei uma vez que os demais acreditam (ao menos em certa medida) que ele é o rei, cada um considerando o fato que os demais consideram o fato que ele é o rei” (BOURDIEU, 1997, p. 58, tradução nossa³). Haveria nessa lógica uma retroalimentação de valores, ou seja, de capital simbólico, onde ocupar uma posição de dominação justificaria e respaldaria a própria ocupação.

Localizando a existência mais plena e fecunda das elites quando articuladas à burocracia na atualidade, realça Bourdieu (1989; 1997) a existência de um movimento de universalização concomitante a busca da monopolização do universal por uma minoria, herdeira de um alto grau de capital escolar, que disputa benefícios materiais e simbólicos, reservados especifica e historicamente a esses atores que gozam da prerrogativa de permeiar a estrutura do Estado.

No caso específico da transição de regime político, entendendo a maneira como o autor pensa relação entre elites e Estado, é certamente plausível refletir sobre a relevância das minorias na imposição ou na tentativa de imposição de valores políticos provenientes da localização social desses atores. Se-

3. Il est fondé à se croire roi parce que les autres croient (au moins dans une certaine mesure) qu'il est roi, chacun devant compter avec le fait que les autres comptent avec le fait qu'il est roi.

gundo Bourdieu (1989), o processo de construção social da divisão entre dominados e dominantes é plenamente compreendido somente quando à luz da geração e da manutenção das estruturas cognitivas e do posicionamento social dos atores. A realidade social é assim construída através do embate entre diferentes interesses os quais são determinados pela posição ocupada por cada ator no espaço social que se pretende alterar ou preservar. Nesse prisma, os representantes das elites buscariam notadamente conduzir as questões concernentes à alteração e manutenção da política interna e da política externa consonantemente aos valores cultivados a partir da sua localização social.

Bourdieu (1989) ressalta ainda que embora os atores ajam de acordo com valores relativos à sua localização social, esses não teriam consciência plena dos seus atos, os quais seriam na verdade executados a partir de uma operação prática do *habitus*, entendido pelo autor como “um conjunto de disposições, reflexos e formas de comportamento que as pessoas adquirem através do agir em sociedade” (BOURDIEU, 2000, p.19, tradução nossa⁴). Trata-se de um sistema de disposições duráveis interiorizado pelos indivíduos através das condições objetivas da vida social e que passar a funcionar como princípios inconscientes de ação e de percepção.

Uma vez que a influência simbólica de um grupo dominante só é garantida na medida em que os dominados contribuem para sua eficácia, através da predisposição a reconhecê-la (BOURDIEU, 1989), seria possível inferir a legitimidade das elites no trato para com questões relativas às alterações estruturais no regime político – sobretudo entendendo os grupos dominantes amparados na figura do Estado. No ensejo da discussão emerge ainda a concepção de violência simbólica, entendida como aquela violência exercida sobre um agente social com sua cumpli-

cidade, de tal sorte que haveria um desconhecimento dessa violência por parte daquele que a sofre na medida em que esse agente não a percebe enquanto tal (WACQUANT; BOURDIEU, 1996).

Seria assim pertinente refletir acerca dos fatores que estimulam tal cumplicidade por parte dos dominados, considerando, conforme defende o autor, que mesmo aqueles que analisam academicamente o tema do poder não estariam isentos da sua influência. Em efeito, se incorreria no risco de desapercibidamente contribuir para o exercício da dominação simbólica na medida em que as estruturas mentais do sujeito conformam objetivamente as estruturas sociais do microcosmo no qual se insere (BOURDIEU, 1989).

Finalmente, importante ressaltar que para Bourdieu (1979) cada membro desse corpo denominado elite, não incorporará em si todas as características e propriedades que definem o grupo enquanto tal, como os títulos, posses, modos de agir e códigos linguísticos. Os grupos aristocráticos, os quais normalmente se reconhecem e se distinguem como existências naturalizadas, e portanto *indefiníveis*, fomentam a ilusão fundacional do grupo a partir de um arbitrário reconhecimento mútuo. Considerar destarte essa lógica social de construção da elite a partir da distinção advinda do cultivar de um *habitus* próprio é certamente etapa essencial na execução de eventuais análises acerca da relevância dos grupos dominantes naqueles momentos de alteração do modelo ou do regime político.

BOURDIEU E PUTNAM: O CAPITAL SOCIAL ENTRE A HARMONIA E A CONTENDA

De maneira abreviada é possível entender a elite nos trabalhos de Bourdieu como aquele grupo altamente dotado de capital cultural, econômico e social. Havendo sido entendidas algumas das nuances da diferenciação social advinda do capital cultural bem como das condições materiais propi-

4. a set of disposition, reflexes and forms of behaviour people acquire through acting in society

ciadas pelo capital econômico, resta definir capital social. Bourdieu buscou definir esse terceiro tipo de capital, também legitimado através da mediação do capital simbólico, como um recurso aplicado na dimensão do conflito social, mais especificamente entendido como,

O conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento; ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo, como um conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns...mas são também unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980, p.2, tradução nossa)⁵.

Considerada a importância da organização, estabilidade e institucionalização das redes de relações entre os atores dos grupos dominantes em uma sociedade, sobretudo quando articuladas à figura do Estado e ao seu aparato burocrático, o conceito de capital social se torna essencial para o modo como o autor entende as elites. Capital social é aqui portanto um capital coletivo, diretamente relacionado ao pertencimento a um grupo, que propicia em essência ganhos mútuos e legitimidade social.

Entende-se que há ganho compreensivo quando se explora o conceito bourdieuniano comparativamente à interpretação que Robert Putnam viria posteriormente a imputar à ideia de capital social. Ao longo da década de 1970 e em menor medida no princípio dos anos de 1980, Putnam se preocupou em estudar as ditas elites administrativas e políticas de modo a entender como suas crenças, ou o *ethos* específico, interferiam no funcionamento das democracias. Para o autor, a qualidade dessas

elites que administravam as grandes democracias era de certa maneira pré-requisito para a manutenção e bom desempenho do regime⁶ (PUTNAM, 1976). Resgatando o conceito, Putnam definiu capital social como aquelas “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177). Tomando capital social como um recurso moral e um bem público, sua utilização não minguaria a sua oferta, muito pelo contrário a potencializaria, ao passo em que esse capital tenderia a esgotar-se caso não for utilizado. A confiança mútua entre duas pessoas, por exemplo, tende a aumentar proporcionalmente à intensidade da confiança de um ser pelo outro (PUTNAM, 1996). Nesse sentido, o quão maior o grau de capital social melhor seria a performance institucional de um regime político⁷.

Desse modo, segundo organiza Siisiäinen (2000), enquanto o conceito de capital social putnamiano lida com valores coletivos, como a confiança e a integração social, a abordagem de Bourdieu deriva da perspectiva de atores engajados em inevitáveis conflitos fomentados pela busca de interesses. Dessa maneira, é plausível afirmar que a diferença mais marcante entre ambas as perspectivas sucede na medida em que Bourdieu entende o capital social como um fenômeno coletivo que tem

6. Em geral as principais obras publicadas pelo autor no período em questão trataram de expor as complexas relações entre atores administrativos e políticos no atinente ao governo democrático. Dentre tais obras se pode destacar *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy* (1973); *The Comparative Study of Political Elites* (1976); *Bureaucrats and Politicians in Western Democracies* (1981) e *Hanging Together: the Seven-Power Summits* (1984).

7. O conceito é marcadamente utilizado por Putnam (1996) em *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Na obra, partindo do ensejo da intenção do governo italiano de colocar em prática na década de 1970 o dispositivo constitucional que previa o estabelecimento de governos regionais, Putnam observa que as diferenciadas performances institucionais na Itália, extremamente inferiores nas regiões do sul do país em comparação com o norte, se justificariam no plano do tecido social.

5. l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'interconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes ... mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles

suas potencialidades exploradas por atores envolvidos um processo de contenda social.

Compreender ambas as leituras de capital social certamente auxilia o pesquisador na utilização do conceito da maneira mais adequada ao objeto de investigação. No caso da complexidade do fenômeno de transição de regime político caberia considerar as potencialidades da adoção de cada perspectiva – ou mesmo de uma abordagem híbrida – onde em um extremo do espectro se vislumbra o ceticismo de Bourdieu com relação à ação altruísta dos agentes sociais em oposição à romântica visão putnamiana de confiança generalizada e da possibilidade de ações desinteressadas (SIISIÄINEN, 2000).

BOURDIEU E RAMA: A DISTINÇÃO

BOURDIEUNIANA NA CIDADE LETRADA

A partir de um olhar eminentemente latino-americano, Angel Rama (1998) busca refletir em *La Ciudad Letrada* sobre o tema da construção histórica e cultural da justificativa do poder na sociedade latina pós-colonial. No ensaio, editado postumamente, Rama (1998) retoma o processo de fundação dos aglomerados urbanos latinos, opondo e comparando a dita cidade real, segundo ele somente existente na história, com a denominada cidade letrada, que por sua vez aspira ser atemporal e imaterial como os signos. Dessa maneira, o autor investiga o poder que o domínio da escrita atribuiu àquelas elites letradas, inferindo a notável relevância dessa habilidade na manutenção das prerrogativas e no estabelecimento das elites latinas enquanto corpo.

Nesse intento, *La Ciudad Letrada* (1998) se aproxima da denúncia de Bourdieu (1979) da naturalidade com que comumente se atribui a inclinação ou o gosto pela cultura, ou por habilidades intelectuais socialmente valorizadas, como um evento contingencial da natureza – o qual se torna uma marca definidora do pertencimento a uma determinada classe. Bourdieu (1979) demonstra como

a observação científica permite inferir que as necessidades culturais são produtos da educação formal, de tal sorte que preferências literárias ou musicais, por exemplo, se correlacionariam com o nível de educação formal e com a origem social do sujeito. Nesse raciocínio, a habilidade do letrismo ou do beletrismo é certamente também um fator que conforma ageração e a manutenção das elites nacionais.

No caso específico da América Latina, Rama coloca que a palavra escrita se definiria como a única válida, em oposição à palavra falada, essa pertencente ao reino do inseguro e do precário. A palavra teria assim gerado ao longo do processo de colonização na América Latina uma cidade simbólica, no original a *cidade letrada*, dentro dos limites da cidade murada, ou cidade física. A manifestação dessa cidade letrada, ocorrida sobretudo através dos signos, a dissociava das circunstâncias favorecendo os interesses do projeto colonizador. Dessa maneira, a formação das elites letradas no contexto da cidade simbólica teria vindo a desaguar na formação dos grupos dominantes latinos do século XX e na lógica da distribuição de poder nesse contexto. Essas elites, segundo Rama (1998), gozaram da capacidade de se institucionalizar ao longo do tempo a partir das suas competências específicas, através de organizações como seminários universidades e colégios.

A institucionalização da elite na cidade letrada dialoga com o processo investigado por Bourdieu (1979; 1989) onde a elite surge e se propaga entretida ao Estado moderno, em um movimento de progressão mútua da legitimidade simbólica tanto do Estado quanto dos seus componentes, elegidos esses em função das suas habilidade específicas as quais provém sobretudo de um acúmulo de capital cultural e social. No concernente a esse acúmulo de capital cultural, Rama (1998) buscou ainda considerar o impacto das revoluções locais, das vanguardas modernistas e dos movimentos de afirmação nacional na cidade simbólica. Para o autor a educa-

ção popular em adição ao fortalecimento do nacionalismo veio modificando a cidade letrada e própria lógica de estruturação das elites, mesmo porque a democratização do ensino teria inaugurado o primeiro caminho independente ao poder, pelo qual transitaram diversos intelectuais latinos.

Naturalmente, no ensejo de tal raciocínio, os movimentos de transição de regime político poderiam ser entendidos como o estopim de um longo processo de atrito entre fatores como a maturação da cidade letrada, a evolução da organização das estruturas de poder, as aspirações de universalização do ensino ou ainda o fortalecimento de movimentos nacionalistas e partidaristas.

A despeito dessas mudanças atestadas e consideradas, Rama (1998) converge ao argumento bourdieuniano da existência de certa estabilidade social das elites, já que a despeito das revoluções populares na América Latina a marcante presença do autoritarismo no começo do XX teria promovido uma continuidade histórica da tendência aristocrática dos letrados.

A presença das elites nos momentos de transição política

Para Mazzei (2011) a ideia de transição, em política, é uma categoria ambígua que foi amplamente adotada na academia ocidental, sobretudo na década de 1980, sob o marco do debate acerca dos processos transacionais de regimes autoritários na América Latina, África e Europa Meridional, tratados como a terceira onda democrática. Transição política, conforme aqui entendida, seria o intervalo ou interregno existente entre dois distintos regimes políticos, de tal maneira que a transição especificamente à democracia seria o movimento de dissolução de um regime autoritário concomitantemente ao estabelecimento de alguma forma de democracia (O'DONNELL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1998).

Entender a transição política meramente como a evolução ou o processo em direção a um cenário de ordem pode vir a camuflar o uso estratégico ou tendencioso da palavra *ordem*. Segundo Rama (1998), o termo é ambíguo podendo ser utilizado oportunamente como *o lugar adequado de cada elemento* por aqueles com o domínio sobre as letras ou, na perspectiva bourdieuniana, por aqueles atores sociais com maior grau de capital cultural. Essas são portanto habilidades específicas que coincidem com a posição das elites, as quais assentadas ou não na legitimidade estatal podem vir a versar sobre o que seria o devido cenário de ordem.

Conforme vem sendo sugerido, pensar tanto o processo de transição política quanto o de formação e manutenção da elite nacional implica na consideração do Estado, seja entendendo essa entidade como instância burocrática ou simbólica. É possível afirmar que Bourdieu (1979; 1989; 1997) valoriza pois claramente a figura do Estado nas suas reflexões sobre o tema das elites. Segundo o autor “a gênese do Estado não se dissocia da gênese de um grupo de pessoas que estão ligadas a ele e que estão interessadas no seu funcionamento” (BOURDIEU, 1997, p. 62, tradução nossa⁸). Seja de maneira direta ou indireta, as estruturas burocrática e simbólica estatais são colocadas em suas análises como elementos de privilegiada atenção. Naturalmente, uma análise que busque analisar a transição de regimes pautada em uma perspectiva bourdieuniana, deveria assim considerar a maneira como a elite se entrelaça ao Estado, moldando e sendo moldada por tal entidade, em um movimento que certamente tem consequências diretas na definição do regime político nacional.

Entender a existência das elites na modernidade como um contínuo simbólico de estruturas

8. la genèse de l'État est indissociable de la genèse d'un groupe de gens qui ont partie liée avec lui, qui sont intéressés à son fonctionnement.

originadas no contexto do Estado dinástico, onde o poder migra do núcleo real para uma estrutura impessoal burocratizada, permite ao observador tanto melhor compreender a lógica interna de ação de grupos dominantes na burocracia quanto ainda justificar a existência de práticas patrimonialistas, clientelistas ligadas a essas coletividades. Entretanto, relevante apontar que considerar essa evolução em termos históricos não implica para Bourdieu (1997) na ausência de claras contradições como a da possibilidade da coexistência de traços do modelo de reprodução burocrático, marcado pela competência e pelo mérito, e do modelo dinástico, reconhecido pelos laços de genealogia e de consanguinidade (BOURDIEU, 1997, p.63).

Ainda no atinente à entidade do Estado, importante observar que para além da perspectiva weberiana acerca da prerrogativa estatal do monopólio legítimo do uso da força em determinado território, Bourdieu (1996) atesta sobre o monopólio que o Estado moderno também detém sobre a violência simbólica, através da legitimidade da imposição de um conjunto de normas coercitivas em um dado espaço. Tal dominação simbólica conta com o esteio do monopólio da classificação simbólica e da categorização, sobretudo no sistema educacional (BOURDIEU, 1979, 1989).

Como anteriormente apontado, a parte do capital social, a estrutura do espaço social, é produto de dois tipos fundamentais de capital ou de princípios de diferenciação, (1) o capital econômico, mais objetivamente verificado, sobretudo a partir do fator renda e (2) o capital cultural, ligado ao domínio de habilidades intelectuais específicas e a posse de diplomas e títulos, cultivado eminentemente nas instituições formais de educação (BOURDIEU, 1979). Rama portanto dialoga com o raciocínio ao pensar aquelas elites letradas que se institucionalizaram ao longo do tempo através dessas instâncias formais de educação. Para ambos os autores, as es-

colas e centros formais de ensino teriam se estabelecido sobretudo como mantenedores da distinção das elites letradas, detentoras de títulos, bens materiais e preferências específicas promotoras da distinção social. Destarte, entendendo as instituições educacionais como fundações de dominação e de legitimação da dominação (BOURDIEU, 1979) pensar um movimento de reforma política em paralelo a uma eventual permanência da lógica institucional do ensino, permite inferir a possibilidade de manutenção da estabilidade dos grupos dominantes, tanto em termos do seu capital simbólico quanto das suas imbricadas relações com o Estado, mesmo na eventual alteração de regime político.

Naquilo que diz respeito ao conceito de *habitus*, sendo esse um sistema de disposições duráveis interiorizado pelos indivíduos, como pensar a mudança, no caso a transição política, a partir de uma abordagem bourdieuniana? Embora se trate de princípios duráveis que orientam o curso de ação dos atores sociais, o *habitus* não é fixo ou determinado. Em efeito, trata-se de um sistema que se reestrutura de acordo com a trajetória social. Desse modo, inscreve-se de maneira manifesta a preocupação do autor para com um afastamento tanto de um determinismo micro-sociológico, no nível da agência, quanto estrutural, no nível sistêmico⁹. Considerando então que existe algum grau de escolha, já que as práticas dos agentes não são totalmente determinadas, e que a liberdade é tolhida em alguma medida através do *habitus*, a abordagem bourdieuniana seria sim adequada para uma reflexão pautada na presença da elite em momentos de mudança de regime político.

Na ocasião da discussão, Siisiäinen acusa, em tom dissonante, que “a concepção teórica de Bourdieu não é de grande valia para a análise de

9. Como evidencia Siisiäinen (2000) é marcante a influência do conceito de *habitus* bourdieuniano na elaboração da concepção de dualidade da estrutura em Anthony Giddens (1979).

processos de mudança causados por agentes e movimentos conflitantes” (SIISIÄINEN, 2000, P.17, tradução nossa¹⁰). Sem embargo, não há ao longo do artigo de Siisiäinen evidências que sustentem sua afirmação tampouco um desenvolvimento mais detido do raciocínio. Desse modo, nesse primeiro momento de esboço de investigação e sem naturalmente esgotar as críticas aos trabalhos de Bourdieu, parece cabível utilizar da teoria bourdieuniana para refletir sobre certos pontos referentes à presença das elites na transição, conflituosa ou não, de regime político.

Um processo de transição política entendido à luz da ação das elites nacionais pode ser estudado considerando a evolução histórica de um processo que culmina em determinado momento de alteração sensível do quadro político e social de uma nação. Nesse sentido, a ideia de *path dependence* pode vir a ser de adequada aplicação. Segundo Pierson e Skocpol (2008) o *path dependence* busca explicar como as decisões que um ator toma em dadas circunstâncias estão limitadas por decisões realizadas no passado, mesmo que essas circunstâncias do passado possam não ser mais relevantes. Ou seja, a presença de uma elite em um momento de transição política através do uso de capital econômico, cultural e social, pode ser analisada como uma resultante de decisões e ações pretéritas. O esforço de Bourdieu (1989) para traçar a evolução do Estado dinástico ao burocrático pode ser tomado no sentido de ilustrar o raciocínio. Em efeito, Bourdieu destaca, em sentido amplo, a importância de desconstruir os valores universais e as verdades universais em termos da investigação da sua elaboração histórica, já que em determinado momento a lógica do jogo é tal que atores podem ter interesse na construção e utilização deliberada dos ditos *valores universais* (WACQUANT; BOURDIEU, 1996).

Putnam (1996), na mesma lógica do *path dependence*, corrobora que a situação social e política de um Estado ou região é diretamente dependente da trajetória trilhada e do ponto de origem, de tal maneira que alguns destinos são inatingíveis a partir de determinados lógicas evolutivas.

Sendo portanto a gênese e a condução do aparato burocrático e simbólico do Estado moderno intimamente ligadas à existência das elites nacionais (BOURDIEU, 1989, 1979; PUTNAM, 1976, 1996) seria plausível sugerir que naqueles momentos de sublevação social ou alteração de regime político é plenamente válido refletir sob o ponto de vista histórico à ação das elites no estabelecimento do novo *status quo*.

CONSIDERAÇÕES NÃO EXAUSTIVAS SOBRE UMA HISTÓRIA COMPARADA DA REDEMOCRATIZAÇÃO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Tratar comparativamente duas nações que embora vizinhas se resguardam nas peculiaridades de suas respectivas histórias é certamente um exercício factível ainda que não óbvio. Segundo Devoto e Fausto (2004), é necessário pensar até onde seria válida a identificação e a confrontação de episódios históricos similares na Argentina e no Brasil, como as alternâncias entre crises agudas e estabilizações efêmeras através de planos econômicos, resguardando ainda da tentação de estereótipos imprecisas.

As redemocratizações argentina e brasileira ocorridas formal e efetivamente na década de 1980 compuseram uma ampla amostra de países, sobretudo latinos e sul-europeus, que findados seus regimes autoritários iniciaram um movimento de trânsito à democracia.

10. Bourdieu's theoretical conception does not give much help if we want to analyze the processes of change caused by conflicting agents and movements.

Transcendendo aos objetivos do presente trabalho uma detida análise histórica, os sucedâneos tópicos buscam ilustrar de maneira bastante enxuta e objetiva os cenários argentino e brasileiro do contexto da redemocratização, de maneira a sugerir ao fim algumas das possibilidades e expectativas de uma eventual comparação entre os casos.

O caso argentino

Segundo atesta Guillermo O'Donnell (1998) o princípio do processo de transição à democracia na Argentina pode ser localizado ainda em 1980, quando o então general Jorge Videla demonstrava sinais de abertura deliberada a um diálogo político amplo, precedendo assim as estratégias de liberalização de 1981, implantadas pelo sucedâneo governo do general Roberto Viola.

Como ocorrido em demais transições à democracia, o processo argentino pode ser atribuído a variados e certamente não exaustivos estímulos. Fatores como a crise de legitimidade do governo militar argentino, a derrota sofrida na Guerra das Malvinas, a instabilidade econômica e mesmo as divisões internas na cúpula do aparelho militar certamente figuram entre aqueles mais emblemáticos. Assim, em dezembro 1983 o Estado argentino retorna formalmente ao governo democrático após o radical Raúl Alfonsín derrotar o candidato peronista Italo Luder com maioria absoluta, tornando-se o novo mandatário do país platino.

O governo de Alfonsín tinha por objetivos prementes a estabilização da economia nacional através do controle da dívida pública e do cenário de superinflação. Nas palavras de Busso (2014) acerca do governo em questão,

Do ponto de vista econômico, se buscava a diminuição do peso da dívida na estrutura econômica argentina, a integração econômica sub-regional e a cooperação sul-sul com a expectativa que essa viria a contribuir com a reativação da economia nacional e com o

controle da inflação (BUSSO, 2014, p.16, tradução nossa¹¹).

Alfonsín assume do início da então reinauguração democrática governando até fevereiro de 1989, quando na sequência a um breve período de controle exitoso da inflação o governo não é bem sucedido no lançamento do Plano Primavera¹², de tal modo que em fevereiro de 1989 o cenário de hiperinflação e de fuga de capitais estimula o fim abrupto do governo alfonsino.

O caso brasileiro

O processo de redemocratização brasileiro se deu notadamente de maneira mais gradual que o argentino. É plausível sugerir que movimentações ainda do governo Geisel¹³, como as tentativas de retaliação e de condenação às torturas políticas gestadas sob seu governo e governos anteriores, já indicavam um processo de abertura à redemocratização. Na esteira histórica, outros notáveis episódios catalisaram o processo, como a declaração da Anistia Política por Figueiredo em agosto de 1979, as eleições indiretas de 1982, o emblemático movimento das *Diretas Já* em 1984 e destacadamente a inauguração do governo do civil José Sarney, em 1985.

De maneira geral, segundo Devoto e Fausto (2004), do ponto de vista conjuntural a transição brasileira se vincula mormente a fatores consolidados a partir de 1970, quais o amplo apoio ao Movimento Democrático Brasileiro nas grandes

11. Desde el punto de vista económico, se buscaba la disminución del peso de la deuda en la estructura económica argentina, la integración económica subregional y la cooperación Sur-Sur con la expectativa de que esto contribuyera a reactivarla economía nacional y controlar la inflación.

12. O plano Primavera, lançado em agosto de 1988, foi um plano alternativo do governo de Alfonsín que apostava seu sucesso na então nova aliança política entre a União Industrial Argentina e a chamada Sociedade Rural.

13. Governante militar brasileiro a partir de março de 1974 até o mesmo mês do ano de 1979. Geisel é sucedido por Figueiredo que governa por sua vez de março de 1979 até a abertura política de março de 1985.

concentrações urbanas, o sindicalismo e a estratégia das greves, o papel da igreja enquanto delatora das torturas cometidas pelo regime e mais centralmente os problemas internos das Forças Armadas.

José Sarney inicia seu governo em 1985 após a deflagração da comoção pública que mobilizara amplamente a sociedade brasileira com a morte de Tancredo Neves na iminência da tomada de posse da presidência por esse último. Destarte, em uma combinação de eventos contingências, Sarney assume em um clima de otimismo e euforia social para com a redemocratização. Entretanto, ato contínuo aos primeiros momentos de exaltação pública, o cenário de crise econômica, aprofundado por medidas e planos inconsistentes e paliativos, promoveu a queda acelerada da popularidade de Sarney e reduziu o entusiasmo da população para com o novo regime.

Baixo a égide do governo Sarney, destaca-se o Plano Cruzado¹⁴ de 1986 e a promulgação da Constituição de 1988, que buscou convergir e assimilar discrepantes anseios sob o estandarte da democracia. Como remanescente do regime anterior interessante observar a coexistência do Serviço Nacional de Informações militar no novo regime, que se mantém em funcionamento até a Agência Brasileira de Informação tomar seu lugar em 1999, já sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com baixos níveis de popularidade potencializados sobretudo pela ingerência da crise econômica nacional, o governo de Sarney se estende até março 1990 quando o então mandatário deixa o cargo a favor de Fernando Collor de Mello, candidato diretamente eleito nas eleições de 1989.

14. Plano de ajuste econômico que adotou o Cruzado como nova moeda em paralelo a adoção de medidas de estabilidade como o congelamento de salários, a criação do seguro-desemprego e a extinção da correção monetária. O Plano é seguido pela sequência frustrada do Plano Cruzado II, em 1986, e pelo Plano Verão, já em 1989.

Argentina e Brasil em perspectiva: a plausibilidade de uma comparação alinhavada pelo estudo das Elites nacionais

Marcadamente no princípio da década de 1980, manifestações pró-democracia emergiram de diversos níveis da sociedade brasileira e argentina promovendo os períodos democráticos até então mais longevos na história de ambos os Estados. É sem embargo importante não se furtar do fato que seria excessivo afirmar que a democracia se tornou um valor universal, seja porque os partidários do autoritarismo não se extinguíram, seja em razão de uma cultura democrática não poder ser implantada em tão breve espaço de tempo (DEVOTO e FAUSTO, 2004).

Conforme sugerido, pensar os históricos argentino e brasileiro de transição à democracia implica em considerar convergências e divergências, inscritas nas devidas peculiaridades de cada caso e nas eventuais limitações de um estudo comparativo. O processo de transição na Argentina foi certamente mais brusco¹⁵ quando comparado à lenta e gradual distensão do caso brasileiro (DEVOTO; FAUSTO, 2004; O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1998).

Assim, para além dos motivos mais aparentes, como os danosos resultados da Guerra das Malvinas ou a quicá mais consolidada legitimidade do governo militar brasileiro, caberia questionar se as especificidades de cada elite nacional se correlacionariam com as dessemelhanças e singularidades entre cada processo de redemocratização. No caso brasileiro a decisão pela liberalização partiu do alto, ou seja, da cúpula do poder, com uma oposição bastante débil e desarticulada, enquanto na Argentina a mesma decisão foi intensamente influenciada por poderosas forças

15. Cabendo destacar que o movimento de liberalização iniciado pelo General Viola em 1981 foi abortado com o golpe do General Leopoldo Galtieri e com a consequente quebra de continuidade.

oposicionistas civis (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1998). Partindo de tais diferenciações seria plausível investigar portanto a existência ou mesmo o grau de articulação dessas elites, sejam elas políticas ou civis, de maneira a inferir se houve alguma interferência voluntária desses grupos e, mais ainda, qual seria a lógica desses nos diferentes caminhos trilhados, de cima para baixo no caso brasileiro e de baixo para cima no argentino.

Ainda que a superficialidade das análises aqui sugeridas não permita a geração de inferências válidas acerca das especificidades de cada caso, pode-se colocar a plausibilidade de uma investigação comparativa dos dois casos a partir da literatura sobre a ação das elites na modernidade, concentrada sobretudo nos momentos dos antecedentes imediatos à redemocratização e no período do primeiro governo de cada Estado— a saber, o governo de Alfonsín na Argentina, de 1983 a 1989, e no caso brasileiro o governo Sarney, ocorrido entre 1985 e 1990. Nesse sentido, seria válido mobilizar literaturas concorrentes e variadas, entendendo continuidades e descontinuidades, bem como destacando os atores sociais de relevância, em vias de inferir se grupos privilegiados vieram a conduzir ou influenciardeliberadamente esses processos de redemocratização e, em caso afirmativo, de que maneira.

Em linhas gerais, no concernente aos paralelos que se pode traçar entre os períodos em questão, é certamente possível aproximar as desprestigiadas saídas tanto de Alfonsín quanto de Sarney dos seus respectivos governos, considerando suas consequências singulares, a constar, o posterior retorno ao peronismo, do lado argentino, e a peculiar projeção de Fernando Collor nas eleições diretas de 1989 no Brasil. Complementam Devoto e Fausto (2004), afirmando que

só com muitas ressalvas o governo Sarney, no Brasil, pode ser comparado ao de Alfonsín. Em primeiro lugar, Sarney carecia

da legitimidade do presidente argentino, pois fora integrante da elite civil do governo militar e aderente de última hora às forças democráticas (...) não obstante tudo isso, o governo Sarney e o de Alfonsín, *que aliás se aproximaram com eficácia, no plano das relações internacionais*, assemelharam-se pelo fato de terem logrado êxito político, em maior ou menor grau, e terem fracassado no plano econômico” (DEVOTO e FAUSTO, 2004, p. 464, grifo nosso)

Relevante deter-se os dois pontos realçados na citação. Primeiramente, o fato de Sarney poder ser identificado como um ator dotado de capital econômico, cultural e social, relacionado a um grupo de atores bastante restrito, pode respaldar uma interpretação da sua trajetória através da literatura de elites. Diferentemente de Alfonsín, Sarney gozou da proximidade das cúpulas do poder ainda durante o governo militar. Fortalecido e amparado pela sua ampla base nordestina, concentrada sobretudo no Maranhão onde fora governador em 1965, Sarney foi posteriormente eleito senador pelo partido militar da Aliança Renovadora Nacional permanecendo no cargo até 1985, quando de fato assume a presidência da república.

Naquilo que concerne à aproximação entre Argentina e Brasil no plano das relações internacionais enfatizada pelos autores, há certo diálogo com a percepção de Busso (2014) acerca da condução da estratégia governista alfonsínista. Segundo a autora, “a busca de uma integração regional [na Argentina alfonsínista] deixou de ser um objetivo geral para converter-se em um processo de integração seletiva com o Brasil” (BUSSO, 2014, p.17, tradução nossa¹⁶). Percebe-se o destaque atribuído à ação deliberada de aproximação com o Brasil, segundo os autores em questão, o que certamente poderia vir a provocar o questionamento

16. la búsqueda de una integración regional dejó ser un objetivo general para convertirse en un proceso de integración selectiva con Brasil

acerca de uma potencial articulação transnacional entre elites argentina e brasileira.

A comparação entre os históricos argentino e brasileiro, mesmo no período que precede ambos os governos democráticos, não se esgota em semelhanças. Ainda que se tratassem de dois regimes autoritários de Estados lindeiros, houve, por exemplo, uma maior autonomia dos organismos de repressão no Brasil ao passo que na Argentina se verificou um maior envolvimento, e portanto maior cumplicidade, da alta hierarquia militar nacional, com a ocorrência de ações hediondas por parte do governo argentino quando os mandatários militares brasileiros já condenavam abertamente as práticas de torturas. Tal distinção certamente transborda com consequências diretas aos respectivos períodos de redemocratização onde, diferentemente do caso argentino, significativa parte do ativo militar brasileiro permanece com as mesmas funções desempenhadas nos quartéis antes sob o governo militar.

Pressupõe a existência de uma elite nacional, dotada de capacidades e interesses próprios, é plausível enfatizar que em determinado momento dos jogos desenvolvidos na arena política, certos atores ou grupos podem ter vindo a interessar-se na promoção dos ditos valores universais consonantes a sua conveniência. Nesse sentido, tanto no caso argentino quanto no brasileiro, caberia investigar aqueles agentes ou grupos possesores de alto grau de capital econômico, cultural e social, que manifestaram interesse na continuidade democrática. No caso argentino, por exemplo, Busso (2014), fornece substrato para a aplicação do raciocínio. Segundo a autora

é importante destacar que antes das tentativas desestabilizadoras ou do golpe de Estado proveniente das Forças Armadas, o governo contou com apoios provenientes da participação popular, dos setores da oposição política e, inclusive, das grandes corporações econômica

que avaliavam como mais conveniente a continuidade democrática. (BUSSO, 2014, p. 18, grifo nosso, tradução nossa¹⁷).

Na mesma linha argumentativa é plausível considerar a colocação que a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 refletiu as diversas pressões de variados grupos da sociedade, interessados na definição de normas que os beneficiassem (FAUSTO, 1995). Naturalmente, uma análise mais detida acerca da seleção e da comparação desses proeminentes atores nos casos argentino e brasileiro extrapola a presente proposta, que ambiciona apenas situar o terreno sobre o qual se operaria uma análise aprofundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ELITES NAS REMOCRATIZAÇÕES ARGENTINA E BRASILEIRA

Como então se poderia pensar as elites nas transições de retorno à democracia na Argentina e no Brasil, em toda a amplitude do tema? Considerando potenciais implicações da manifestação deliberada de interesses elitistas em âmbito social, político e econômico, a proposta de investigação certamente desperta profícuos questionamentos. Qual papel coube especificamente às elites nacionais em tais períodos de transição? Teria sido a redemocratização um movimento desejado e conveniente aos interesses das parcelas mais abastadas de capital cultural, econômico e social? Até onde teria existido uma concertação deliberada entre atores representante das elites em plano nacional e transnacional? Seguramente, entendida a diversidade de abordagens investigativas com as quais se

17. es importante subrayar que antes de los intentos desestabilizadores o de golpe de estado provenientes de las Fuerzas Armadas, el gobierno contó con apoyos provenientes de la participación popular, los sectores de oposición política e, inclusive, las grandes corporaciones económicas que evaluaban como más conveniente la continuidad democrática.

poderia examinar os temas, permanece a impressão de que os questionamentos não se esgotariam em respostas unívocas.

Entende-se ser socialmente relevante e justificada uma pesquisa em tais termos sobretudo quando aplicada à realidade de dois Estados latino-americanos que partilham um passado de colonialismo e dependência. Nesse sentido, defende Jaguaribe (1969) que a elite satelizante promoveria uma relação de causalidade circulante entre estagnação, marginalidade e desnacionalização, estimulando e racionalizando a dependência. Segue-se desse argumento a possibilidade de pensar o interesse das elites na promoção da redemocratização.

Aprofundando o ponto, ainda no que diz respeito às elites, Cardoso e Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), inferiram que os ditos casos de sucesso latinos se tratariam daqueles onde coalisões elitistas comin-clinação para ou interesseno desenvolvimento haviam conseguido gerar legitimidade e certa estabilidade na medida em que se articularam em uma arena superior, no nível intra-elites, bem como em uma arena mais ampla, atraindo as classes populares para a coalizão dominante, embora de modo subordinado. Percebe-se a preocupação desses autores latinos para com a denúncia dessa utilização voluntária e tática na promoção de interesses de parcelas restritas e privilegiadas sob a alcunha do universalmente desejado. Retornando nesse sentido a abordagem bourdieuniana, é relevante considerar que “em suma, aqueles que têm sem dúvida mais evidentemente contribuído com o avanço da razão e do universal têm tido um interesse evidente no universal e podemos mesmo afirmar que eles possuíam um interesse privado no interesse público.” (BOURDIEU, 1997, p. 66, tradução nossa¹⁸)

18. Bref, ceux qui ont sans doute le plus évidemment contribué à faire avancer la raison et l'universel avaient un intérêt évident à l'universel et l'on peut même dire qu'ils avaient un intérêt privé à l'intérêt public.

Pensar comparativamente as elites argentina e brasileira na redemocratização pode partir da hipótese de que ambas elites teriam desempenhado papeis similares, e proeminentes, nos períodos de transição, ou ainda que teria havido uma articulação transnacional entre esses privilegiados – o que naturalmente implicaria na mobilização de uma literatura especializada no tema das elites transnacionais. Em adição, seria ainda possível cogitar, tanto em termos putnamianos quanto bourdieunianos, a hipótese de um alto grau de capital social intra-elites em paralelo a um baixo grau desse capital na população argentina e brasileira, o que poderia ter vindo a favorecer as elites nacionais. Afinal, enquanto a confiança gera reciprocidade e associativismo voluntário, que por sua vez fortalecem e reproduzem a confiança, a desconfiança e a apatia participativa produzem enfraquecimento do poder de corpo (PUTNAM, 1996). Relevante destacar ainda que associações de natureza voluntária aumentam os custos potenciais de defecção além de promover normas de reciprocidade e favorecer a comunicação e por consequência a confiabilidade das informações, o que certamente tolhe a liberdade incondicional de uma elite nacional.

Embora seja necessário considerar nos trabalhos de Putnam o problema da ausência da explicação da origem primeira da confiança social (SII-SIÄINEN, 2000), é possível assim sugerir a partir dos argumentos do autor que o baixo número de associações voluntárias existentes nos respectivos momentos da redemocratização brasileira e argentina pode ter vindo a fortalecer as prerrogativas das elites nacionais na condução e estabelecimento dos novos regimes. Ou seja, associações voluntárias, naturalmente marcadas pela horizontalidade de organização, que pudessem vir a contrastar e contrapor a verticalidade da lógica organizacional das elites.

Segundo uma abordagem bourdieuniana, importante considerar que caso tenha existido um movimento similar na Argentina e no Brasil de proeminência e influência ou de violência simbólica das elites na condução do processo de redemocratização houve também uma predisposição social para a legitimação da ação dessas elites nacionais, presumindo que a influência de um grupo dominante só seria garantida na medida em que os dominados contribuem para sua eficácia através da predisposição a reconhecê-la (BOURDIEU, 1989). O reconhecimento passivo da legitimidade desses *eleitos* ou elites por ampla margem de determinada sociedade pode vir a ser justificado por uma ideologia da competência, ou de neo-Darwinismo social, segundo a qual se reconhece a oposição entre mestres e escravos, promovendo a geração de alguns poucos cidadãos superprivilegiados em detrimento a uma massa de pessoas (BOURDIEU, 1991).

Em adição, reiterando a concepção de *habitus* como um sistema de disposições sociais duráveis embora não fixas, é possível insinuar que a alteração de regime nos casos argentino e brasileiro em vias à redemocratização, não necessariamente implicou em uma alteração do *habitus* das elites locais. Entretanto, trata-se de uma sugestão que certamente ainda demanda investigações detidas e exaustivas.

Em verdade, como corrobora o raciocínio de Bourdieu,

Relações de poder simbólico tendem a reproduzir e a reforçar as relações de poder que constituem a estrutura do espaço social. Mais concretamente, a legitimação da ordem social... resulta do fato que agentes atribuem às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e de apreciação que emergiram dessas estruturas objetivas e tendem por consequência a enxergar o mundo como autoevidente (BOURDIEU, 1991, p.141, tradução nossa¹⁹).

Dessa maneira, o poder simbólico das elites argentina e brasileira pode ter vindo a reafirmar o *habitus* dos grupos dominantes, a despeito das alterações estruturais em cada período de transição de regime político, consolidando amplamente na sociedade a democracia como uma realidade autoevidente e um valor universalmente desejável.

A aceitação do regime democrático é, nesse sentido, respaldada uma vez que a percepção social seria moldada a partir das próprias estruturas objetivas da realidade brasileira e argentina. Cabe assim novamente questionar (1) em que medida o processo social de geração de um *desejo universal*, seja ele deliberado ou não, respaldado pela estrutura simbólica e burocrática do Estado bem como por um *habitus* elitista específico, pode ter vindo a ser do interesse de grupos nacionais específicos, ou ainda (2) entendendo que o *habitus* é um sistema de disposições aberto, durável mas não eterno (WACQUANT; BOURDIEU, 1996) em que medida as elites nacionais poderiam conduzir ou interferir em uma transição de regime político se alterando no processo.

REFERÊNCIAS

- ABERBACH, J.; PUTNAM, R.; ROCKMAN, A. **Bureaucrats and Politicians in Western Democracies**, Cambridge MA: Harvard University Press. 1981.
- BOURDIEU, P. De la maison du roi à la raison d'État. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. 1997. 118: 55-68. Disponível em http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3222/article_arss_0335-5322_1997_num_118_1_3222.pdf.
- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit. 1989.
- BOURDIEU, P. **Le capital social**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. 1980. 31: 2-3

19. Symbolic power relations tend to reproduce and to reinforce the power relations which constitute the structure

of the social space. More concretely, the legitimation of the social order ... results from the fact that agents apply to the objective structures of the social world structures of perception and appreciation that have emerged from these objective structures and tend therefore to see the world as self-evident

- BOURDIEU, P. **In Other Words: Essays Toward a Reflexive Sociology**. Cambridge: Polity 1991.
- BOURDIEU, P. **The politics of protest**. An interview by Kevin Ovenden. *Socialist Review*. 2000. 242: 18-20.
- BUSSO, A. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, Universidad de Chile. 2014; 177: 9-33.
- CARDOSO, F; FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1970.
- DEVOTO, F; FAUSTO, B. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34. 2004.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP. 1995.
- GIDDENS, A. **Central problems in Social Theory: action, structure and contradiction in Social Analysis**. University of California Press. 1979.
- HOAD, T. **The Concise Oxford Dictionary of English Etymology**. Oxford University Press. 1996.
- JAGUARIBE, H. **Dependencia y autonomía en América Latina**, in Jaguaribe, H; et al. La dependencia político-económica de América Latina. México: Siglo XXI. 1969.
- MAZZEI, D. Reflexiones sobre la transición democrática argentina. **PolHis**. 2011. 7: 8-15.
- O'DONNELL; SCHMITTER, P; WHITEHEAD, L. **Tran-siciones desde un gobierno autoritario**. América Latina. Buenos Aires: Paidós. 1998.
- PERISSINOTTO, R. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba: IBPEX, 2009.
- PIERSON, P; SKOCPOL, T. El institucionalismo histórico en la ciencia política contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Instituto de Ciência Política. 2008. 17: 7-38.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.
- PUTNAM, R.; BAYNE, N. **Hanging Together: the Seven-Power Summits**, Cambridge MA: Harvard University Press. 1984.
- PUTNAM, R. **The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy**. New Haven: Yale University Press. 1973
- PUTNAM, R. **The Comparative Study of Political Elites**. New Jersey: Prentice Hall. 1976.
- RAMA, A. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca. 1998.
- SIISIÄINEM, M. Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam. Department of Social Sciences and Philosophy. University of Jyväskylä. Paper presented at **ISTR Fourth International Conference "The Third Sector: For What and for Whom?"** Trinity College, Dublin, Ireland. 2000.
- WACVQUANT, L.; BORDIEU, P. **An Invitation to reflexive sociology**. Cambridge:

Recebido em: 5 de setembro de 2015
Aprovado em: 18 de dezembro de 2015